

SUMÁRIO

CONSELHO DE APOIO, ESTRUTURAÇÃO E PESQUISA.....	13
SOBRE O MÉTODO E CONTEÚDO DESTE CURSO.....	15
APRESENTAÇÃO DA 16. ^a EDIÇÃO	17

PRIMEIRA PARTE

COGNIÇÃO JURISDICIONAL EXAURIENTE E SUMÁRIA

CAPÍTULO 1 – COGNIÇÃO JURISDICIONAL: INTRODUÇÃO.....	45
1.1. A cognição no quadro da jurisdição.....	45
1.2. Cognição e as demais modalidades de atuação jurisdicional.....	47
1.3. Objeto da cognição jurisdicional.....	48
1.4. Institutos fundamentais da cognição jurisdicional.....	48
1.5. Cognição e definição das normas jurídicas.....	49
CAPÍTULO 2 – MODALIDADES DE COGNIÇÃO.....	55
2.1. Introdução.....	55
2.2. Plano vertical: cognição exauriente e cognição superficial.....	56
2.3. Plano horizontal: cognição total e parcial.....	57
2.4. A conjugação das modalidades de cognição.....	57

SEGUNDA PARTE

PROCEDIMENTO COMUM DO PROCESSO DE CONHECIMENTO: FASE POSTULATÓRIA

CAPÍTULO 3 – O PROCEDIMENTO COMUM E SUAS FASES.....	63
3.1. Processo plurifásico.....	63
3.2. O procedimento comum.....	64
3.3. As fases do procedimento comum.....	64

CAPÍTULO 4 – PETIÇÃO INICIAL	69
4.1. Conceito	69
4.2. Elementos (“requisitos”)	70
4.2.1. Juízo a que é dirigida.....	71
4.2.2. Partes e suas qualificações.....	71
4.2.3. Causa de pedir.....	73
4.2.4. O pedido	75
4.2.5. O valor da causa.....	75
4.2.6. As provas que serão produzidas.....	76
4.2.7. Manifestação sobre a audiência de conciliação ou mediação ..	77
4.2.8. Encerramento.....	77
4.3. Emenda à inicial	78
CAPÍTULO 5 – PEDIDO	87
5.1. Noções gerais.....	87
5.2. Certeza e determinação do pedido	88
5.3. Juros legais, correção monetária e verbas de sucumbência.....	89
5.4. Pedido genérico	90
5.5. Pedido de prestações sucessivas – Condenação para o futuro	92
5.6. Pedido cominatório	92
5.7. Pedido nas obrigações alternativas	93
5.8. Cumulação de pedidos.....	93
5.8.1. Cumulação simples de pedidos	94
5.8.2. Pedidos subsidiários (ou cumulação alternativa eventual)	95
5.8.3. Cumulação alternativa simples.....	95
5.8.4. Cumulação sucessiva eventual	96
5.9. Pedido e causa de pedir: limitadores da atividade jurisdicional.....	96
5.10. Aditamento ou alteração do pedido ou da causa de pedir.....	97
CAPÍTULO 6 – INDEFERIMENTO DA INICIAL E REJEIÇÃO LIMINAR DO PEDIDO.....	107
6.1. Indeferimento da inicial.....	107
6.1.1. Conflito entre princípios fundamentais.....	108
6.1.2. Hipóteses de cabimento.....	109
6.1.3. Natureza do pronunciamento e recurso cabível.....	111
6.1.4. Juízo de retratação na apelação.....	111
6.1.5. Intimação do réu, na ausência de recurso do autor.....	112
6.1.6. Indeferimento parcial da inicial	112
6.1.7. Indeferimento tardio da inicial	112
6.2. Improcedência liminar do pedido.....	113

6.2.1.	Improcedência liminar fundada em precedente.....	113
6.2.2.	Reconhecimento liminar de prescrição ou decadência	115
6.2.3.	Improcedência liminar e devido processo legal	116
6.2.4.	Natureza da decisão e recurso cabível.....	117
6.2.5.	Juízo de retratação.....	117
6.2.6.	Citação do réu para acompanhamento da apelação	117
6.2.7.	Comunicação do resultado do julgamento ao réu.....	118
6.2.8.	Rejeição liminar e parcial do pedido.....	118
6.3.	Aplicação geral	119
CAPÍTULO 7 – AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO		127
7.1.	Noções gerais.....	127
7.2.	Requisitos	128
7.3.	O cabimento de autocomposição.....	129
7.4.	Quem deve comparecer	130
7.5.	Procedimento.....	131
7.6.	Utilidade da audiência	133
7.7.	A atuação do conciliador e do mediador – Princípios que a norteiam	134
CAPÍTULO 8 – CONTESTAÇÃO		143
8.1.	Noção e princípios norteadores	143
8.1.1.	Concentração da defesa	143
8.1.2.	Eventualidade	144
8.1.3.	Forma da contestação	144
8.2.	Conteúdo da contestação.....	144
8.2.1.	Defesas preliminares	145
8.2.2.	Regime jurídico aplicável às preliminares.....	149
8.2.3.	Defesas de mérito	149
8.2.4.	Especificação de provas e outras providências.....	150
8.3.	Ônus da impugnação específica.....	150
8.4.	Prazo para o oferecimento	151
CAPÍTULO 9 – RECONVENÇÃO.....		161
9.1.	Conceito	161
9.2.	Autonomia da reconvenção	162
9.3.	Pressupostos objetivos.....	162
9.3.1.	Conexão com a ação principal ou com o fundamento da defesa ...	162
9.3.2.	Competência	163
9.3.3.	Identidade procedimental.....	164
9.4.	Legitimidade	165

9.5. Procedimento.....	167
9.6. Reconvenção da reconvenção	168
CAPÍTULO 10 – REVELIA.....	175
10.1. Conceito	175
10.1.1. Revelia em sentido estrito.....	175
10.1.2. Revelia imprópria (aplicação do regime jurídico da revelia)...	176
10.2. Efeitos da revelia	177
10.2.1. Presunção de veracidade dos fatos narrados na inicial	177
10.2.2. Julgamento antecipado do mérito	177
10.2.3. Desnecessidade de intimações do revel	178
10.2.4. Inocorrência de questão prejudicial apta a fazer coisa julgada	178
10.3. Efeitos nos casos de equiparação à revelia	178
10.4. Inocorrência do efeito principal da revelia	179
10.4.1. Contestação por litisconsorte passivo (art. 345, I)	179
10.4.2. Ação sobre direitos indisponíveis (art. 345, II)	180
10.4.3. Ausência de instrumento substancial (art. 345, III)	180
10.4.4. Fatos incompatíveis com os elementos dos autos ou improváveis ou inverossímeis (art. 345, IV)	180
10.4.5. Réu preso e citação ficta (curador especial)	181
10.4.6. Substituição do assistido pelo assistente.....	181
10.4.7. Decorrências	181
10.5. Comparecimento posterior do revel	182

TERCEIRA PARTE

SANEAMENTO DO PROCESSO

CAPÍTULO 11 – PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E SANEAMENTO.....	191
11.1. Noções gerais.....	191
11.2. Hipóteses em que deve haver providências preliminares – Elenco não exaustivo.....	191
11.3. Providências preliminares tipificadas no art. 348 e seguintes	193
11.3.1. Especificação de provas, no caso de ausência do efeito principal da revelia.....	193
11.3.2. Defesa material indireta e réplica	195
11.3.3. Defesa preliminar e réplica	195
11.3.4. Correção de vícios	196
CAPÍTULO 12 – JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....	201
12.1. Sentido do instituto	201

12.2.	Extinção sem julgamento de mérito	202
12.3.	Decisão de parcial impossibilidade de julgamento do mérito	203
12.4.	Julgamento “antecipado” do mérito.....	203
12.4.1.	Hipóteses de ocorrência	204
12.4.2.	Terminologia	205
12.4.3.	Natureza e recorribilidade do pronunciamento	206
12.5.	Julgamento “antecipado” parcial do mérito	206
12.5.1.	Hipóteses de ocorrência	206
12.5.2.	Natureza, eficácia e estabilidade da decisão de julgamento parcial do mérito	207
12.6.	Saneamento e organização do processo	207
12.6.1.	Hipótese de ocorrência	208
12.6.2.	Terminologia	208
12.6.3.	Eficiência e duração razoável do processo	208
12.6.4.	Conteúdo	209
12.6.5.	A audiência de saneamento compartilhado	210
12.6.6.	Delimitação consensual de questões controvertidas e negócios processuais por ocasião do saneamento	211
12.7.	A estabilidade do julgamento conforme o estado do processo.....	212

QUARTA PARTE
PROVAS

CAPÍTULO 13 – TEORIA GERAL DAS PROVAS.....	223	
13.1.	Direito, fato e prova	223
13.2.	Prova e verdade no processo civil	226
13.3.	Os significados de “prova”: atividade, meio e resultado	227
13.4.	Os sujeitos da prova.....	227
13.4.1.	O juiz como destinatário da prova.....	227
13.4.2.	Irrelevância da autoria da prova (princípio da comunhão da prova).....	228
13.4.3.	Os poderes instrutórios do juiz	228
13.4.4.	O sistema da persuasão racional (livre convencimento mo- tivado).....	230
13.4.5.	O direito das partes à prova.....	231
13.4.6.	A garantia do contraditório – Necessidade da prova nos autos	232
13.4.7.	Dever e ônus de colaborar com a instrução probatória	233
13.4.8.	Ônus da prova.....	234
13.4.8.1.	A categoria geral do ônus	234

13.4.8.2. O conceito de ônus da prova	234
13.4.8.3. As funções do ônus da prova.....	235
13.4.8.4. Ônus da prova é imperfeito	236
13.4.8.5. A distribuição legal do ônus da prova	236
13.4.8.6. A (re)distribuição dinâmica do ônus da prova	238
13.4.8.7. A redistribuição convencional do ônus da prova	239
13.5. Objeto da prova	240
13.5.1. Afirmações de fatos	240
13.5.2. A excepcional exigência de prova do direito.....	240
13.6. Ainda o objeto da prova: fatos relevantes, controversos e determinados	241
13.6.1. Fato relevante.....	241
13.6.2. Fato controvertido.....	242
13.6.3. Fato notório	243
13.6.4. Fato determinado	244
13.6.5. Fato negativo e negativa de fatos: a prova da negação	244
13.7. Meios de prova.....	245
13.7.1. A distinção entre o meio da prova e o seu resultado	245
13.7.2. A admissibilidade dos meios de prova – Meios típicos e atípicos	246
13.7.3. Ausência de hierarquia entre os meios de prova – Exceções ...	247
13.8. As regras sobre a forma dos atos jurídicos: direito material.....	248
13.9. Prova emprestada.....	249
13.10. Prova ilícita	250
13.11. Índícios, máximas da experiência e presunções absolutas e relativas	252
13.12. Procedimento probatório.....	254
13.12.1. As fases do procedimento probatório	254
13.12.2. A proposição da prova	254
13.12.3. A admissão da prova	255
13.12.4. Produção da prova	256
13.12.5. Alteração da ordem probatória	256
CAPÍTULO 14 – DEPOIMENTO PESSOAL E CONFISSÃO.....	271
14.1. Depoimento pessoal:.....	271
14.1.1. Conceito.....	271
14.1.2. Sujeitos.....	272
14.1.3. Características: pessoalidade e indelegabilidade.....	272
14.1.4. Possíveis consequências do depoimento pessoal	273
14.1.5. Diferenças dos outros meios de prova	274
14.1.5.1. Em relação ao meio testemunhal.....	274
14.1.5.2. Em relação ao meio pericial.....	274
14.1.6. Depoimento pessoal e interrogatório.....	275

14.1.7.	Legitimidade para requerer o depoimento pessoal – O requerimento de depoimento próprio	276
14.1.8.	Modo de produção	277
14.1.8.1.	A formulação de perguntas.....	277
14.1.8.2.	O modo de resposta.....	278
14.1.8.3.	Depoimento pessoal de parte residente fora da comarca (carta e videoconferência)	278
14.1.9.	Consequência do não comparecimento e da recusa em responder	279
14.1.10.	Justa recusa de responder	280
14.2.	Confissão	281
14.2.1.	Conceito, natureza e valor.....	281
14.2.2.	Diferenças de outras figuras	282
14.2.3.	Pressupostos de validade e eficácia.....	283
14.2.4.	Outros limites à eficácia da confissão	284
14.2.5.	Classificação.....	285
14.2.6.	Características.....	286
14.2.6.1.	Indivisibilidade	286
14.2.6.2.	Vedação ao conteúdo inovativo	287
14.2.6.3.	Irrevogabilidade	287
14.2.6.4.	Anulabilidade	288
14.2.7.	Confissão por representante.....	288
14.2.8.	Confissão real e ficta	289
CAPÍTULO 15 – PROVA DOCUMENTAL		297
15.1.	Conceito	297
15.2.	Suporte e conteúdo do documento (fato representativo e fato representado)	299
15.3.	Autoria.....	299
15.4.	Classificação	300
15.5.	Força probante dos documentos.....	301
15.5.1.	Autenticidade do documento	302
15.5.2.	Documentos públicos.....	302
15.5.3.	Documentos particulares.....	303
15.5.4.	Telegrama, radiograma, cartas, registros domésticos, notas do credor e livros empresariais	304
15.5.5.	Força probante das reproduções.....	304
15.5.6.	Perda da eficácia probatória.....	306
15.6.	Instrumento substancial	306
15.7.	Indivisibilidade	307
15.8.	Documento estrangeiro	307

15.9. Produção da prova documental	307
15.10. Documento eletrônico	309
15.11. Ata notarial	311
CAPÍTULO 16 – PROVA TESTEMUNHAL.....	317
16.1. Conceito	317
16.2. A testemunha e outros partícipes do processo: distinções	318
16.3. Limites subjetivos da prova testemunhal.....	319
16.3.1. Capacidade para testemunhar	319
16.3.2. Suspeição da testemunha.....	319
16.3.3. Impedimento da testemunha.....	320
16.3.4. O juiz da própria causa como testemunha	321
16.3.5. O depoimento como “informante”	321
16.4. Limites objetivos da prova testemunhal	321
16.4.1. Fato relevante.....	321
16.4.2. Fato perceptível sensorialmente	322
16.4.3. Fato relacionado com a experiência comum, que não envolva juízo técnico.....	322
16.4.4. Fato não confessado nem documentalmente comprovado.....	323
16.4.5. Fato que não exija prova documental.....	323
16.5. Deveres e direitos da testemunha.....	324
16.6. Procedimento da prova testemunhal	326
16.6.1. Proposição da prova testemunhal.....	326
16.6.2. Deferimento da prova testemunhal.....	326
16.6.3. Apresentação de rol de testemunhas.....	326
16.6.4. Local e momento de produção da prova testemunhal.....	328
16.6.5. Ordem de oitiva das testemunhas.....	328
16.6.6. Qualificação da testemunha e possível contradita	329
16.6.7. Prestação de compromisso	329
16.6.8. Ordem e limites das perguntas	329
16.6.9. Documentação do depoimento.....	330
16.6.10. Forma do depoimento.....	330
16.6.11. Acareação	331
16.6.12. Oitiva de testemunha referida	331
CAPÍTULO 17 – PROVA PERICIAL.....	339
17.1. Conceito	339
17.2. Classificação	341
17.3. Cabimento	342
17.4. O perito.....	342

17.4.1. Cadastro de peritos e de órgãos técnicos e científicos	343
17.4.2. Preferência por estabelecimento oficial, nas perícias médico-legal e de falsidade documental	343
17.4.3. As listas periciais nas varas ou secretarias	344
17.4.4. Suspeição e impedimento do perito	344
17.4.5. Perícia que exija conhecimentos multidisciplinares	344
17.4.6. Escusa e responsabilidade	345
17.5. Perito consensual.....	346
17.6. Honorários do perito	347
17.7. Assistente técnico	348
17.8. Procedimento.....	349
17.8.1. Momento de proposição	349
17.8.2. Prazo para conclusão.....	349
17.8.3. Conduta das partes posterior à nomeação do perito	349
17.8.4. Quesitos periciais	349
17.8.5. Diligências periciais	350
17.8.6. Contraditório na produção da prova pericial.....	350
17.8.7. Entrega do laudo e esclarecimentos posteriores.....	350
17.8.8. Segunda perícia	351
17.8.9. Perícia por carta	351
17.9. O laudo	351
17.10. Força probante da perícia	352
CAPÍTULO 18 – INSPEÇÃO JUDICIAL	359
18.1. Conceito	359
18.2. Objeto	360
18.3. Cabimento	361
18.4. A garantia do contraditório	362
18.5. Documentação.....	363
CAPÍTULO 19 – AÇÕES PROBATÓRIAS	367
19.1. Ações probatórias e direito autônomo à prova.....	368
19.2. Produção antecipada de prova	369
19.2.1. Natureza jurídica.....	369
19.2.2. Funções (hipóteses de cabimento)	369
19.2.3. O empréstimo da prova produzida antecipadamente.....	371
19.2.4. Aplicabilidade a todos os meios de prova	371
19.2.5. Competência	372
19.2.6. Legitimidade	373
19.2.7. Intervenção de terceiros	373
19.2.8. O contraditório na produção antecipada	374

19.2.9. As regras do procedimento probatório	374
19.2.10. A decisão final – Efeitos, recorribilidade e estabilidade	375
19.2.11. O destino dos autos e o emprego da prova depois do fim do processo	376
19.3. Exibição de documentos.....	376
19.3.1. Exibição incidental e exibição autônoma	376
19.3.2. Documento ou “coisa”	377
19.3.3. Fundamentos do dever de exhibir o documento	377
19.3.4. A distinção entre a exibição de documento pela parte e por terceiro	377
19.3.5. Legitimidade	378
19.3.6. Procedimento do pedido de exibição dirigido à parte.....	378
19.3.7. Procedimento do pedido de exibição dirigido ao terceiro	379
19.3.8. O ônus da prova	379
19.3.9. Ausência do dever de exibição.....	380
19.3.10. Consequências da indevida recusa de exibição pela parte	381
19.3.11. Consequências da indevida recusa de exibição por terceiro....	382
19.3.12. Natureza do incidente e de sua decisão final – Recorribilidade ...	383
19.4. Arguição de falsidade	383
19.4.1. Falsidade material e falsidade ideológica.....	383
19.4.2. Objeto e função da arguição de falsidade.....	384
19.4.3. Natureza – A eventual formulação de ação declaratória incidental	385
19.4.4. Sede e fase de cabimento	386
19.4.5. Momento.....	386
19.4.6. Legitimidade e interesse processual.....	387
19.4.7. Competência	387
19.4.8. Forma do requerimento de arguição.....	387
19.4.9. A participação do arguido.....	388
19.4.10. Ônus da prova da falsidade	389
19.4.11. A prova pericial	389
19.4.12. A retirada do documento dos autos	389
19.4.13. A resolução da arguição: natureza, efeitos e autoridade.....	391
CAPÍTULO 20 – AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	401
20.1. Conceito	401
20.2. Características.....	402
20.3. Atos que antecedem a audiência	403
20.4. Fases da audiência	405
20.4.1. Abertura (art. 358 do CPC/2015)	405
20.4.2. Tentativa de conciliação	405
20.4.3. Instrução	406

20.4.4. Debate	407
20.4.5. Decisão	408
20.4.6. Documentação	409
20.5. Adiamento da audiência	409

QUINTA PARTE

SENTENÇA

CAPÍTULO 21 – SENTENÇA	417
21.1. Conceito	417
21.2. Sentença (como ato de primeiro grau) e acórdão com conteúdo e efeitos de sentença	419
21.3. Sentença e mérito da causa	419
21.4. Sentenças processuais (sentenças terminativas)	420
21.4.1. Sentenças processuais de inadmissibilidade da tutela jurisdicional	420
21.4.2. Sentença de indeferimento da petição inicial	422
21.4.3. Paralisação do processo por mais de um ano	422
21.4.4. Abandono do processo pelo autor	423
21.4.5. Perempção	424
21.4.6. Convenção arbitral	424
21.4.7. Desistência da ação	425
21.4.8. Morte da parte e ação intransmissível	426
21.4.9. A (relativa) estabilidade da sentença terminativa	427
21.5. Sentenças de mérito	428
21.5.1. Sentença de acolhimento ou rejeição do pedido	428
21.5.2. Sentenças de homologação de atos de disposição de vontade	428
21.5.3. Prescrição e decadência	430
21.6. Primazia da resolução de mérito	431
21.7. Consideração de fatos novos na sentença	432
21.8. Decisão interlocutória com conteúdo dos arts. 485 ou 487	433
21.9. Elementos	433
21.9.1. Relatório	433
21.9.2. Motivação	434
21.9.3. Dispositivo	436
21.9.4. Interpretação da sentença	436
21.10. Efeitos da sentença	436
21.10.1. Efeitos principais	436
21.10.2. Efeitos anexos	438
21.10.3. Efeitos secundários	439

21.11. Ordem cronológica de conclusão.....	439
CAPÍTULO 22 – REMESSA NECESSÁRIA	453
22.1. Noções gerais.....	453
22.2. Denominação do instituto	454
22.3. Natureza jurídica	454
22.4. Hipóteses de cabimento	455
22.4.1. Sentenças contrárias à Fazenda Pública.....	455
22.4.2. Exceções.....	456
22.4.3. A inexistência do recurso – O conhecimento e a extensão do recurso	456
22.4.4. O reexame necessário na ação monitória.....	457
22.4.5. Duas hipóteses ainda controvertidas quanto ao cabimento da remessa necessária.....	457
22.4.6. Ações de competência originária dos Tribunais: ausência de reexame.....	458
22.4.7. Previsões de remessa necessária em leis esparsas.....	459
22.5. Processamento	459
22.6. A vedação da reforma para pior	459

SEXTA PARTE

RECURSOS

CAPÍTULO 23 – TEORIA GERAL DOS RECURSOS	467
23.1. Conceito e natureza jurídica.....	467
23.2. Recurso, duplo exame e duplo grau.....	469
23.3. Espécies recursais	472
23.4. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito.....	473
23.5. Pressupostos de admissibilidade recursal	474
23.5.1. Cabimento – A fungibilidade recursal	474
23.5.2. Legitimidade recursal.....	476
23.5.3. Interesse recursal.....	478
23.5.4. Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer.....	480
23.5.5. Tempestividade	482
23.5.6. Regularidade formal	484
23.5.7. Preparo.....	485
23.6. Dever de prevenção recursal	486
23.7. Competência para o juízo de admissibilidade e o juízo de mérito	489
23.8. Efeitos.....	490
23.8.1. Efeito devolutivo.....	491

23.8.2. Efeito suspensivo	494
23.9. Classificação	495
23.9.1. Recursos ordinários e extraordinários	495
23.9.2. Recursos de fundamentação livre e recursos de fundamentação vinculada.....	495
23.10. Desistência do recurso	496
CAPÍTULO 24 – APELAÇÃO.....	513
24.1. Noção.....	513
24.2. Objeto: sentença e questões decididas por interlocutórias não agra- váveis.....	514
24.3. Legitimidade e interesse recursal	515
24.4. Os vícios (erros) impugnáveis e o modo de corrigi-los.....	516
24.5. Interposição	517
24.6. Juízo de retratação	518
24.7. Conteúdo	518
24.8. Efeitos	519
24.8.1. Efeito devolutivo	519
24.8.2. Efeito suspensivo <i>ope legis</i> , em regra	523
24.9. Processamento em primeiro grau	524
24.10. Processamento em segundo grau.....	524
CAPÍTULO 25 – AGRAVO DE INSTRUMENTO	537
25.1. Noções gerais – Cabimento.....	537
25.2. Prazo e modo de interposição.....	543
25.3. Providências em primeiro grau de jurisdição.....	544
25.3.1. Juntada de cópia do agravo pelo recorrente	544
25.3.2. Juízo de retratação.....	545
25.4. Procedimento em segundo grau de jurisdição	545
25.5. Efeito suspensivo e ativo.....	547
CAPÍTULO 26 – AGRAVO INTERNO	559
26.1. Noções gerais	559
26.2. Objeto	560
26.3. Procedimento.....	561
26.4. Efeitos	562
26.5. Fundamentação do acórdão.....	563
26.6. Manifesta inadmissibilidade ou improcedência e multa	563
26.7. Fungibilidade.....	563
26.8. Uniformização do prazo.....	564

CAPÍTULO 27 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	573
27.1. Noções gerais.....	573
27.2. Objeto.....	574
27.3. Funções	574
27.3.1. Esclarecimento da decisão.....	575
27.3.2. Suprimento de omissão	575
27.3.3. Correção de erro material.....	576
27.4. Embargos declaratórios e caráter infringente.....	577
27.4.1. Efeito infringente como consequência do normal emprego dos embargos.....	577
27.4.2. O caráter puramente infringente	577
27.4.3. Caráter infringente e contraditório	578
27.4.4. Modificação da decisão e recurso subsequente	578
27.5. Embargos e prequestionamento.....	579
27.6. Procedimento.....	580
27.7. Efeitos.....	580
27.7.1. Efeito devolutivo	580
27.7.2. Efeito interruptivo de prazos recursais.....	581
27.7.3. Ausência de automático efeito suspensivo.....	581
27.7.4. Os embargos declaratórios nos Juizados Especiais	582
27.8. Embargos protelatórios.....	582
CAPÍTULO 28 – RECURSO ORDINÁRIO	591
28.1. Noções gerais.....	591
28.2. Hipóteses de cabimento	592
28.3. Competência.....	594
28.4. Os demais pressupostos de admissibilidade recursal.....	594
28.5. Procedimento.....	594
28.6. Efeitos.....	596
CAPÍTULO 29 – RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL.....	601
29.1. Noções gerais acerca dos recursos extraordinários <i>lato sensu</i>	601
29.2. Cabimento	603
29.2.1. Recurso extraordinário.....	604
29.2.2. Recurso especial.....	605
29.3. Repercussão geral no recurso extraordinário.....	607
29.4. Prequestionamento	609
29.5. Procedimento.....	612
29.6. Fungibilidade e dever de prevenção.....	616
29.7. Efeitos.....	617

29.7.1. Ausência de efeito suspensivo, em regra.....	617
29.7.2. Efeito devolutivo.....	618
29.8. Agravo em recurso especial ou extraordinário.....	618
29.9. Embargos de divergência.....	620
29.9.1. Cabimento.....	620
29.9.2. A comprovação e aferição da divergência.....	620
29.9.3. Procedimento conforme as regras regimentais.....	621
29.9.4. Interrupção do prazo para recurso extraordinário.....	621
 CAPÍTULO 30 – PROCEDIMENTO DE JULGAMENTO DE RECURSOS EXTRAOR- DINÁRIOS E ESPECIAIS REPETITIVOS.....	 639
30.1. Noções gerais – “Julgamento por amostragem”.....	639
30.2. “Recursos-amostra”.....	641
30.3. Decisão de afetação.....	642
30.4. Os efeitos da instauração do procedimento.....	643
30.5. Distinção.....	644
30.6. Processamento no tribunal superior e julgamento.....	645
30.7. Efeitos.....	646
30.7.1. Efeitos conforme grau de jurisdição e fase do processo.....	646
30.7.2. A incidência dos efeitos sobre atividades reguladas.....	647
30.7.3. Força vinculante “média”.....	648
30.7.4. Força vinculante em sentido estrito: cabimento de reclamação... ..	648
30.7.5. Modulação dos efeitos.....	648
30.8. Desistência.....	649
30.8.1. Desistência nas ações atingidas pela decisão-quadro.....	649
30.8.2. Desistência do recurso-amostra.....	650
 CAPÍTULO 31 – RECURSO ADESIVO.....	 657
31.1. Noções gerais.....	657
31.2. Recursos que comportam a adesividade.....	658
31.3. Procedimento.....	659
31.4. Regime jurídico e juízo de admissibilidade.....	659
31.5. Recurso adesivo a recurso adesivo.....	660
 SÉTIMA PARTE OUTROS PROCESSOS E INCIDENTES NOS TRIBUNAIS	
 CAPÍTULO 32 – CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....	 667
32.1. Noções gerais.....	667
32.2. Natureza jurídica.....	668

32.3. Legitimidade	668
32.4. Competência	668
32.5. Procedimento.....	669
32.6. Efeitos	669
32.7. O falso conflito de competência entre tribunal arbitral e juiz estatal.....	670
CAPÍTULO 33 – HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA	677
33.1. Noções gerais	677
33.2. Natureza jurídica	679
33.3. Requisitos	679
33.4. Legislação aplicável.....	681
33.5. Eficácia nacional	681
33.6. Procedimento.....	681
33.7. Execução fiscal.....	683
33.8. Sentença estrangeira de divórcio.....	683
33.9. Medidas de urgência	683
33.10. Cumprimento	683

OITAVA PARTE

PRECEDENTES JUDICIAIS E OUTROS MECANISMOS
DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS REITERADOS

CAPÍTULO 34 – PRECEDENTES JUDICIAIS.....	693
34.1. Noções gerais.....	693
34.2. Força vinculante	695
34.2.1. Vinculação padrão (vinculação fraca)	696
34.2.2. Vinculação média	697
34.2.3. Vinculação forte (força vinculante em sentido estrito)	698
34.3. A força vinculante no processo civil brasileiro	698
34.3.1. Decisões com força vinculante previstas na Constituição	698
34.3.2. A disciplina do CPC	698
34.4. Uniformização da jurisprudência	698
34.5. Estabilidade, integridade e coerência.....	699
34.6. Modificação de entendimento sedimentado	702
34.7. Publicidade	704
34.8. Método de formação	704

CAPÍTULO 35 – INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA	715
35.1. Noções gerais	715
35.2. Pressupostos	716
35.3. Legitimidade	717
35.4. Competência	718
35.5. Procedimento	718
35.6. Efeitos	718
CAPÍTULO 36 – INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR)	725
36.1. Noções gerais	725
36.2. Função	726
36.3. Pressupostos objetivos	727
36.4. Limites temporais	727
36.5. Órgãos competentes	728
36.6. Legitimados	729
36.7. Princípios vetores do incidente procedimental	730
36.8. O caráter objetivo do incidente	730
36.8.1. Força vinculante	730
36.8.2. Desistência do recurso-amostra não interrompe o incidente ...	731
36.9. Contraditório	732
36.10. Instrução	733
36.11. Eficácia suspensiva da instauração do incidente	733
36.11.1. Extensão a todo território nacional	733
36.11.2. Meio de controle da distinção	734
36.11.3. Tutela de urgência durante a suspensão	735
36.11.4. Duração da suspensão	735
36.12. Recorribilidade da decisão do incidente	735
36.12.1. Presença da repercussão geral	736
36.12.2. Submissão do recurso especial ou extraordinário ao procedi- mento de repetitivos	736
36.12.3. Eficácia suspensiva	736
36.12.4. Legitimidade recursal	736
36.13. Possibilidade de revisão da tese jurídica	736
36.13.1. Fundamentos da revisão	737
36.13.2. Legitimidade para o pedido de revisão	737
36.13.3. Contraditório, ampla publicidade e fundamentação	738
36.13.4. Modulação de efeitos	738
CAPÍTULO 37 – SÚMULA VINCULANTE	747
37.1. A previsão constitucional	747

37.2. Natureza jurídica	748
37.3. Matéria de cognição e objeto do processo objetivo da súmula vinculante ...	749
37.4. A disciplina infraconstitucional	751
37.5. As normas do Regimento Interno do STF e a garantia do contraditório ...	753
CAPÍTULO 38 – INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE...	763
38.1. Noções gerais	763
38.2. Natureza Jurídica	764
38.3. As hipóteses de instauração do incidente	765
38.4. Competência e quórum de declaração de inconstitucionalidade	767
38.5. Legitimidade	768
38.6. Procedimento	768
38.7. Intervenção de <i>amici curiae</i>	769
38.8. Recorribilidade	769
38.9. Questão constitucional repetitiva	770
CAPÍTULO 39 – RECLAMAÇÃO	775
39.1. Força vinculante e reclamação	775
39.2. Fundamentos, objeto e função da reclamação	776
39.3. Natureza jurídica	776
39.4. Autonomia da reclamação em face dos recursos judiciais e de outras medidas impugnativas	778
39.5. Legitimação ativa e passiva – Participação do Ministério Público	779
39.6. Competência	780
39.7. Cabimento de medida urgente	780
39.8. Limites à cognição jurisdicional	780
39.9. A decisão da reclamação: efeitos e autoridade	781
39.10. Recursos	782

NONA PARTE

COISA JULGADA E SUA REVISÃO

CAPÍTULO 40 – COISA JULGADA.....	791
40.1. Conceito de coisa julgada material	792
40.1.1. Âmbito de incidência	792
40.1.2. Trânsito em julgado	792
40.1.3. Coisa julgada e efeitos da sentença	793
40.1.4. Coisa julgada e cognição superficial	793
40.2. Coisa julgada formal e coisa julgada material	794

40.3. Coisa julgada e Constituição	794
40.4. Coisa julgada e ordem pública – Negócio processual	795
40.5. Limites objetivos da coisa julgada	796
40.5.1. Objeto do processo (pedido e causa de pedir)	796
40.5.2. Objeto idêntico ou incompatível	797
40.5.3. Limitação ao dispositivo sentencial	797
40.5.4. Questões prejudiciais e coisa julgada	798
40.5.4.1. Coisa julgada da resolução de questões prejudiciais	798
40.5.4.2. Extinção da ação declaratória incidental, no CPC/2015, como figura geral.	800
40.5.4.3. Pressuposto necessário para o julgamento da lide ...	800
40.5.4.4. Contraditório prévio e questão prejudicial	801
40.5.4.5. Contraditório efetivo e questão prejudicial.....	801
40.5.4.6. Revelia e não formação da questão prejudicial.....	802
40.5.4.7. Cognição plena e questão prejudicial.....	802
40.5.4.8. Competência absoluta para a questão prejudicial	802
40.5.4.9. Decisão expressa sobre a questão prejudicial.....	803
40.5.4.10. Desnecessidade de inserção formal no comando.....	803
40.6. Ainda os limites objetivos da coisa julgada: os limites temporais.....	803
40.6.1. Momento em relação ao qual a coisa julgada opera	803
40.6.2. Relações jurídicas continuativas	804
40.7. Eficácia preclusiva da coisa julgada	806
40.8. Limites subjetivos da coisa julgada	807
40.8.1. Limites subjetivos e garantias constitucionais	807
40.8.2. Extensão dos efeitos a terceiros	807
40.8.3. Terceiros titulares de direitos comuns ou de direitos ou ações concorrentes	807
40.8.4. Substituição processual e coisa julgada	808
40.8.5. Terceiros intervenientes e coisa julgada.....	809
40.9. Eficácia negativa e eficácia positiva da coisa julgada	809
40.10. A “relativização” da coisa julgada	809
CAPÍTULO 41 – AÇÃO RESCISÓRIA.....	823
41.1. Conceito e natureza jurídica.....	823
41.2. Objeto	825
41.2.1. Sentenças, interlocutórias de mérito e acórdãos	825
41.2.2. Desnecessidade de exaurimento recursal.....	825
41.2.3. Ações principais ou incidentais – Procedimento comum ou especial – Exceções	825
41.2.4. Rescisória parcial	826
41.2.5. Rescisória de rescisória	826

41.2.6. Decisões revestidas de coisa julgada material	826
41.2.7. O art. 966, § 2.º	826
41.2.8. Decisões juridicamente inexistentes ou absolutamente ineficazes	828
41.3. Hipóteses de cabimento	829
41.3.1. Concussão, prevaricação e corrupção do juiz	829
41.3.2. Impedimento do juiz – Incompetência absoluta do juízo	830
41.3.3. Defeito na conduta das partes	831
41.3.3.1. Dolo ou coação do vencedor	831
41.3.3.2. Colusão entre as partes.....	831
41.3.4. Violação à coisa julgada	832
41.3.5. Violação manifesta de norma jurídica.....	833
41.3.6. Falsidade da prova.....	835
41.3.7. Prova nova.....	835
41.3.8. Erro de fato	836
41.4. Atos de disposição de direitos homologados em juízo.....	837
41.5. Competência.....	838
41.5.1. O critério para definição de competência	838
41.5.2. A emenda da inicial e a correção de competência	839
41.6. Legitimidade ativa.....	840
41.7. Peculiaridades processuais e procedimentais.....	840
41.7.1. Caução prévia e multa	841
41.7.2. Ausência de eficácia suspensiva.....	841
41.7.3. Indeferimento ou improcedência liminares	841
41.7.4. Prazo para contestação	841
41.7.5. Ausência do efeito principal da revelia	842
41.7.6. Instrução probatória.....	842
41.7.7. Razões finais.....	842
41.7.8. Juízo rescindente e juízo rescisório	843
41.8. Prazo para ajuizamento.....	843

DÉCIMA PARTE

COGNIÇÃO SUMÁRIA NO PROCEDIMENTO COMUM

CAPÍTULO 42 – TUTELA PROVISÓRIA.....	859
42.1. Fundamentos constitucionais da tutela provisória	860
42.2. Panorama da tutela provisória no CPC/2015.....	861
42.2.1. Tutela de urgência e tutela de evidência	861
42.2.2. Tutela de urgência cautelar e antecipada	862
42.2.3. Tutela de urgência incidental e antecedente	862

42.2.4. Eliminação da duplicidade de processos.....	862
42.2.5. O ônus da formulação do pedido principal.....	862
42.2.6. Estabilização da tutela antecipada	863
42.3. Atividade jurisdicional urgente.....	863
42.4. A unificação de regime das medidas de urgência incidentais	864
42.4.1. Características comuns.....	864
42.4.2. Diferença quantitativa	865
42.4.3. Direito autônomo à proteção urgente	866
42.4.4. Decorrências práticas	869
42.5. Os limites da unidade de regime das medidas urgentes	870
42.6. Normas gerais da tutela provisória	871
42.6.1. Momento de concessão	871
42.6.2. Modalidades processuais que comportam tutela provisória....	871
42.6.3. Competência	872
42.6.4. Impossibilidade de concessão de ofício – Legitimação	873
42.6.5. Reversibilidade.....	874
42.6.6. Mutabilidade e revogabilidade.....	875
42.6.7. Fundamentação da decisão.....	876
42.6.8. Impugnabilidade	876
42.6.9. Execução	877
42.6.10. Cessação de eficácia	878
42.6.11. Proibição de repetição – Inatingibilidade do pedido principal	879
42.6.12. Responsabilidade objetiva	880
42.7. Normas gerais da tutela urgente	881
42.7.1. Pressupostos.....	881
42.7.1.1. Probabilidade do direito.....	881
42.7.1.2. Perigo na demora ou perigo de danos irreparáveis ou de difícil reparação	882
42.7.1.3. Ausência de gradação abstrata entre os requisitos para a tutela urgente.....	884
42.7.1.4. Balanceamento	884
42.7.2. Caução	884
42.7.3. Modalidades de tutela urgente.....	885
42.8. Tutela cautelar antecedente.....	887
42.8.1. Petição inicial.....	887
42.8.2. Concessão liminar ou mediante justificativa prévia	887
42.8.3. Fungibilidade	887
42.8.4. Defesa do réu e rumos do procedimento	888
42.8.5. Ônus de formulação do pedido principal	888
42.8.6. Formulação e processamento do pedido principal	889
42.9. Tutela antecipada antecedente – Estabilização.....	889

42.9.1. Petição inicial.....	889
42.9.2. Concessão liminar ou mediante justificação prévia	890
42.9.3. Fungibilidade	890
42.9.4. Citação do réu e prazo defesa	890
42.9.5. Ônus de formulação do pedido principal	891
42.9.6. Processamento do pedido principal.....	891
42.9.7. Estabilização da tutela antecipada	891
42.9.7.1. Técnica monitoria	892
42.9.7.2. Limites à estabilização.....	892
42.9.7.3. Estabilização, efeitos práticos, declaração e (des) constituição.....	894
42.9.7.4. Alcance objetivo e subjetivo da estabilização	895
42.9.7.5. Ausência de coisa julgada material.....	895
42.9.7.6. Ação de revisão e outras ações de cognição exauriente: legitimidade e interesse	896
42.9.7.7. Prazo decadencial da ação de revisão	897
42.10. Tutela da evidência.....	898
42.10.1. Hipóteses de cabimento.....	898
42.10.2. Regime jurídico	899
42.11. Limites à tutela da evidência.....	900
OUTRAS OBRAS DOS AUTORES	911